

NOTÍCIAS DA ASSEMBLÉIA-SC

Florianópolis, 11 de novembro de 1999

Ano 1 Nº 14

Assembléia debate a tributação das microempresas

O fim da isenção do pagamento de tributos às microempresas de Santa Catarina foi o foco principal da sessão especial, realizada nesta quarta-feira 10, no Plenário da Assembléia, para debater em torno do projeto de lei 298/99, que dispõe sobre o tratamento diferenciado e simplificado às microempresas e empresas de pequeno porte, conhecido como Simples/SC. O encontro reuniu um número expressivo de representantes de entidades comerciais e industriais do Estado. O tema, bastante polêmico, dividiu a opinião dos participantes do evento.

Na opinião do líder da bancada do PMDB, deputado Herneus de Nadal, autor da proposta para a realização da sessão especial, o fim da isenção, como quer o governo do Estado, pode representar prejuízos e o fechamento de muitas microempresas. Atualmente existem cerca de 60 mil. "O que não se pode é criar incentivos às empresas de pequeno porte e onerar as microempresas. Temos recebido inúmeras correspondências de microempresários reclamando de uma possível taxação. Além disso, o governo do Estado não está sendo coerente com o pensamento nacional que, por meio de uma reforma tributária, defende a redução de impostos", afirma Nadal.

O projeto de lei, de origem governamental, prevê o fim da isenção. Com isso, as microempresas com receita bruta anual de até R\$ 90 mil terão de pagar uma taxa de R\$ 25 ao mês. A bancada do PMDB, que não aceita a tributação, apresentou um substitutivo global.



(foto Jonas Lemos Campos)

Sessão Especial debate o Simples

Polêmica

No entanto, para o presidente da Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas, Luiz Carlos Floriani, todas as empresas precisam contribuir com o governo, mesmo que seja com o pagamento de uma taxa mínima. Floriani defendeu o projeto governamental que, segundo ele, foi amplamente debatido por nove federações e entidades ligadas aos microempresários. "O próprio Simples federal já não prevê a isenção, e sim o pagamento escalonado, de acordo com a possibilidade de cada empresário. Infelizmente não podemos beneficiar todos os segmentos. Claro que o projeto ainda merece algumas considerações, mas estamos avançando. A atual legislação hoje só beneficia quem não precisa. Muitas microempresas, nos últimos quatro

anos, tornaram-se empresas de pequeno porte e precisam pagar impostos".

O gerente de tributação da secretaria da Fazenda, João Carlos Kunzler, diz que o projeto do Executivo foi trabalhado e alterado conforme as reivindicações das entidades e associações comerciais e industriais. Ele considera que o pagamento do imposto fixo de R\$ 25 pelas microempresas é adequado e atende aos interesses do governo. "Todos devem pagar alguma coisa, por menor que seja", resume.

O deputado Onofre Agostini (PFL), relator do projeto na Comissão de Constituição e Justiça, antecipou que na terça-feira (16) a comissão apreciará o substitutivo da bancada do PMDB, bem como as três emendas acatadas.

**Agricultura do Sul
será conhecida na
Itália**

Página 3

**Definida distribuição de
recursos do Orçamento
Regionalizado**

Página 4

**Deputados cobram
conclusão das obras da
BR-101**

Página 5

OPINIÃO

Transgênicos: um debate polêmico



No dia 29 de outubro a Comissão de Agricultura da Assembléia Legislativa promoveu uma audiência pública em Xaxim tendo como tema "Os produtos transgênicos e seus possíveis reflexos na economia, na saúde e no meio ambiente". Não resta a menor dúvida que, de alguns anos para cá, esse tem sido um dos grandes temas dos debates em seminários, palestras e audiências realizadas por entidades e empresas ligadas ao setor agrícola. A polêmica em torno dos produtos transgênicos abrange os riscos à saúde e ao

meio ambiente e também as questões da produção e comercialização.

Muitas informações veiculadas diariamente a respeito dos transgênicos destacam os riscos desses produtos, por serem alterados geneticamente, a partir da introdução de genes de vírus, bactérias ou outros seres em células de plantas. Devemos reconhecer, no entanto, que ainda é cedo para se afirmar os possíveis riscos e benefícios que eles provocam aos homens e aos animais. No mundo inteiro, pesquisas, testes e experiências estão sendo realizadas, o que não tem impedido a produção e o consumo desses produtos, principalmente nos Estados Unidos, país responsável por quase 60% da produção mundial. Na Europa, a Comunidade Econômica tem resistido e imposto barreiras para o cultivo e a comercialização dos transgênicos. No Brasil, apesar

de ser proibido o cultivo para fins comerciais, foi permitida a importação de 1,5 mil toneladas de soja transgênica no início deste ano.

Os noticiários comprovam que houve, no mundo, um crescimento acentuado no cultivo desses produtos. Em 1996 foram plantados 1,7 milhão de hectares com produtos transgênicos. No ano passado, esse número subiu para 28 milhões de hectares. Estimativas indicam que em 1999 a plantação deve atingir os 40 milhões. Um dado preocupante e ameaçador para os pequenos agricultores que vivem em regime de agricultura familiar. Precisamos encontrar medidas que possam controlar o comércio e a produção dos produtos transgênicos, para que os países menos desenvolvidos não sofram prejuízos na sua economia nem sacrifiquem a agricultura familiar.

O maior desafio hoje é informar a população sobre essas questões que ainda estão sendo discutidas no mundo inteiro. A Comissão de Agricultura, da qual sou presidente, tem contribuído para essa conscientização através de audiências públicas, seminários e reuniões dentro e fora do Parlamento. Além disso, estão tramitando na Assembléia vários projetos com vistas a normatizar a produção, a pesquisa e o comércio dos produtos.

Com o apoio e o trabalho dos parlamentares, estaremos atentos às novas descobertas e informações. A sociedade catarinense carece de respostas urgentes acerca dos produtos transgênicos.

Deputado Gelson Sorgato (PMDB)

Recursos do Orçamento para o ano 2000



Na condição de presidente da Comissão de Trabalho, de Administração e de Serviços Públicos da Assembléia Legislativa tenho sido incansável nas solicitações ao governador do Estado Esperidião Amin, ao secretário dos Transportes Leodegar Tiscoski e ao diretor geral do DER Edgar Roman, quanto a inclusão de recursos no orçamento do Estado para o ano 2000, garantidos no Plano Plurianual 2000/2003, para pavimentação, manutenção e conservação da rodovia SC-302, que liga os municípios de Caçador/

Calmon/ Matos Costa/Porto União.

Esta obra foi iniciada pelo próprio Amin quando administrou o Estado pela primeira vez, no início da década de 80 – e paralisada no governo de Paulo Afonso. Desejo ver a obra incluída no Plano Rodoviário Estadual, somando-se às demais consideradas prioritárias no atual governo. Em emendas busco a liberação dos recursos para iniciar a pavimentação da rodovia a partir do próximo ano.

Pretendo ainda assegurar no PPA recursos para pavimentação,

supervisão e conservação das rodovias SC-419, rodovia Airton Senna em Fraiburgo, SC-457, SC-453 e SC-454.

Já em âmbito do orçamento federal, apresentei moção endereçada aos membros do Fórum Parlamentar Catarinense em Brasília e ao presidente da Comissão Mista de Orçamento da União para o ano 2000, deputado Lael Varella, no sentido de serem incluídas emendas no Plano Plurianual (PPA) e no orçamento da União para o próximo ano assegurando recursos para construção e restauração de trechos da BR-282/SC. No total, as emendas somam R\$ 37,7 milhões.

É de extrema necessidade assegurar os recursos para a única rodovia que liga os municípios do Extremo Oeste à Capital do Estado. A reivindicação foi encaminhada aos 16 deputados federais e aos 3 senadores do Fórum, além do deputado Lael Varella. As emendas pedem recursos para construção e restauração dos trechos da BR-282/SC: de Lages a São José do Cerrito; de São José do Cerrito a Vargem; trecho Vargem ao entroncamento com BR-470/SC, e por fim, no trecho do viaduto de Alfredo Wagner. Todas essas obras são conveniadas entre DER/SC e DNER.

Deputado Reno Caramori (PPB)

Mesa Diretora:

Presidente: Gilmar Knaesel (PPB)
1º Vice-Presidente: Heitor Sché (PFL)
2º Vice-Presidente: Pedro Uczai (PT)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PPB)
2º Secretário: Romildo Titon (PMDB)
3º Secretário: Afonso Spaniol (PPB)
4º Secretário: Adelor Francisco Vieira (PFL)
Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luiz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC
E-mail: imprensa@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa:

Diretora: Eloá Coutinho de Miranda e Queiroz
Jornalista responsável: Cleia Braganholo - DRT/SC 974
Editoração e Diagramação: Noeli T. Livi
Redatores: Marise Ortega, Cleide Winckler, Rubens Vargas, com a colaboração dos assessores de bancadas
Fotografia: Jonas Lemos Campos,
Maria do Carmo Kravchychyn,
Giancarlo Gianni Bortoluzzi, Alberto Neves
Distribuição: Setor de Expedição da Divisão de Imprensa
Impresso na Divisão de Divulgação e Serviços Gráficos da ALESC

MESA

Presidência investe em comunicação

Em palestra nesta quarta-feira 10, na Casa do Jornalista, em Florianópolis, o presidente deputado Gilmar Knaesel (PPB) falou que a atual legislatura marcou o início de um processo de modernização, com ênfase para a comunicação. Esse processo visa ampliar a abrangência da divulgação das ações políticas do Parlamento e, ainda, incentivar a população a conviver mais com a sede do Poder Legislativo, adquirindo o hábito de frequentá-la e fazer parte de seu cotidiano.

Segundo o presidente, esta abertura começou a concretizar-se com a realização de

sessões e audiências públicas. Em seguida, firmou-se com o lançamento do jornal "Notícias da Assembléia-SC". "Este espaço é não só um canal de intercâmbio entre os deputados, mas também de comunicação destes com diversas entidades representativas, universidades e associações" afirma Knaesel.

O processo de modernização continua paralelamente com a renovação dos equipamentos do estúdio de rádio; a criação da Central de Informações, totalmente informatizada para receber os visitantes com eficiência e



Jornalista Ciro Barreto e presidente Knaesel

(foto Giancarlo Bortoluzzi)

agilidade; e a instalação do Centro da Memória, que conta toda a história do Legislativo e de todos os parlamentares desde a primeira legislatura.

Com a Constituição de Santa Catarina e o Regimento Interno da Assembléia do Estado à disposição na Internet, a Casa entra na era do que há de mais moderno em comunicação. O mais recente passo do projeto de transparência da presidência do deputado Gilmar foi a concretização da TV-AL. "Queremos mostrar as principais decisões da Assem-

bléia, a atuação dos deputados e os mecanismos de funcionamento do Legislativo".

Os frequentes eventos culturais sediados pelo Poder abriram as portas da Assembléia para o público, que comparece e prestigia seminários, exposições e lançamentos literários. "Mais que isso, fez valer seu posicionamento presenciando sessões e audiências públicas. Isto é interação. Premissa básica para a transparência assegurada desde o início desta presidência", completou.

Setor produtivo sulbrasileiro é mostrado na Itália.

A comitiva catarinense que segue nesta quinta-feira 11 para a Itália, juntamente com representantes do Paraná e Rio Grande do Sul, liderada pelo presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), apresentou o material multimídia que estará sendo levado aos italianos no Fórum de Agricultura Tri-Vêneto/ Sul Brasil, em Verona, além do cronograma de trabalho.

O material sobre o Sul do Brasil, todo preparado em italiano, destaca a grande potencialidade de negócios presente nas culturas predominantes nesta região. A indústria frigorífica, a fruticultura, a produção de grãos, a maricultura e até o turismo rural são relatados no vídeo que será levado para a Itália.

Além de mostrar aos italianos as semelhanças com os brasileiros no setor produtivo, serão expostos ainda dados que incentivam a parceria comercial Brasil/ Itália.

Informa, por exemplo, que a região sulbrasileira tem um Produto Interno Bruto do montante de US\$140 bilhões, sendo 40% deste valor oriundo do agronegócio. As exportações do setor agropecuário da região ultrapassam os US\$12 bilhões ou seja, 25% de toda produção brasileira, chegando a Hong Kong, Japão, Oriente Médio e União Européia, além de países vizinhos.

Já a necessidade de intercâmbio de experiências entre Brasil e Itália está fortemente baseada na importância do setor cooperativista nestes dois países. O cooperativismo está presente não só na produção agropecuária, como na industrialização e comercialização. São 300 cooperativas no Sul do Brasil que podem extrair dados e exemplos do sucesso italiano nesse setor.

Gilmar Knaesel acompanha chineses a Pomerode

O governador, secretários e empresários da província de Hei Long Jilang, na República Popular da China, visitaram na última semana o município de Pomerode acompanhados pelo presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina. É esta a cidade catarinense onde está sendo construída a filial de uma montadora de tratores chinesa, que estará em operação já no ano que vem. O investimento é de US\$12 milhões só na primeira fase e tudo indica que outros negócios

poderão ser fechados no futuro entre chineses e catarinenses.

O deputado Gilmar Knaesel explica que a visita também tem como objetivo mostrar outras potencialidades do Estado às autoridades e empresários da China. Eles, por sua vez, já demonstraram interesse em diversificar seus investimentos em Santa Catarina, principalmente no setor agrícola. Reflorestamento, plantação de arroz, criação de gado e suinocultura estão na pauta.

COMISSÕES

Municípios contemplados no Orçamento Regionalizado

Os deputados que integram a Comissão Coordenadora do Orçamento Estadual Regionalizado, presidida pelo deputado João Rosa (PTB), prefeitos e conselheiros dos municípios que participaram das nove audiências públicas regionais tiveram nesta quarta-feira (10) uma reunião decisiva na Assembléia. Na ocasião, foi apresentado o relatório dessas audiências realizadas em todas as regiões do Estado. No total 195 municípios participaram das discussões, onde foram levantadas 888 propostas de investimentos priorizadas pelas comunidades para o orçamento do ano 2000.

A grande discussão do encontro girou em torno da inclusão ou exclusão no orçamento dos municípios que não participaram das audiências. Alguns deputados defendiam que os que não compareceram aos encontros não deveriam receber a verba prevista no orçamento. Outros, afirmavam que não poderia haver discriminação.

Após ser colocado em votação entre os participantes, foram definidos por unanimidade os seguintes critérios:

- os municípios que não participaram de nenhuma audiência pública dos anos de 97, 98 e 99 e não encaminharam propostas não serão contemplados com os recursos previstos no orçamento regionalizado. A verba ficará para a região onde o município estiver inserido;



Deputados analisam relatórios regionais

- aqueles que participaram de pelo menos uma audiência pública e encaminharam suas propostas receberão os recursos.

- 10% dos recursos do Orçamento Regionalizado ficarão com as propostas regionais. Os restantes 90% ficam com os municípios.

Outra decisão unânime e que teve o respaldo do presidente da Assembléia, deputado Gilmar Knaesel (PPB), foi a não aceitação dos R\$ 10 milhões para o Orçamento Regionalizado do ano que vem, definido pelo Executivo. "Queremos pelo menos R\$ 30 milhões", afirmou Knaesel. Ele disse que o Legislativo vai

remanejar recursos da receita própria do Estado para o Orçamento Regionalizado. "Um dos exemplos é o BESC. Estão previstos R\$ 20 milhões para manter as agências pioneiras. Sabemos que no ano que vem o banco ainda não estará privatizado. Poderemos fazer alterações passando os valores dessa fonte para o Orçamento Regionalizado."

O deputado João Rosa disse que o prazo para a apresentação de emendas ao PPA encerra-se às 18 horas do próximo dia 16, com votação no dia 23. Já o Projeto de Orçamento vai receber emendas no período de 16 a 22 de novembro, com votação na Comissão de Finanças no dia 7 de dezembro.

Comissão de Justiça aprova 53 projetos

A reunião desta semana da Comissão de Justiça, presidida pelo deputado Onofre Agostini (PFL), serviu para limpar a pauta pendente e os deputados aprovaram nada menos que 53 projetos. A votação do Prodec ficou para uma próxima reunião. É que os pareceres das emendas apresentadas e do substitutivo global serão analisados pelos membros da comissão e também pelas lideranças.

O deputado Ivan Ranzolin (PPB) foi o único a aprovar com restrições o projeto de lei complementar do Ministério Público que cria 23 novas comarcas e 59 cargos de juiz de direito. "Se a Assembléia cria um único cargo somos alvo de inúmeras críticas. É preciso atenção especial para esse

projeto", salientou.

Por unanimidade, foi aprovado o projeto governamental que dispõe sobre a consolidação das divisas intermunicipais. O objetivo é atualizar o quadro político-administrativo, que em função da criação de novos municípios, anexações e desmembramentos, tem hoje uma configuração diferente da que foi desenhada em 1954, quando o Estado tinha apenas 67 municípios. Hoje, são 293.

A aprovação do projeto governamental que cria a Agência Catarinense de Regulação e Controle (SCARCO) teve voto contrário de três deputados. Ela será criada sob forma de autarquia especial,

vinculada ao gabinete do governador. A justificativa do Executivo é que com o novo gerenciamento dos serviços de telefonia, petróleo e energia elétrica surgiu a necessidade de serem criadas estruturas públicas de regulação e controle dos serviços exercidos pela iniciativa privada.

Outros destaques foram a aprovação do Selo Verde Agrícola, identificando produtos sem agrotóxicos, do deputado Neodi Saretta (PT); a eleição direta para diretores de escolas, do deputado petista Pedro Uczai e a realização de plebiscitos para a emancipação dos distritos de Marechal Bormann e Goio-En, de Chapecó e Pescaria Brava, de Laguna.

COMISSÕES

Produtos transgênicos poderão ser proibidos em Santa Catarina

Se transformado em lei o projeto vai impedir que os produtos geneticamente modificados cheguem até a mesa do consumidor.

A Comissão de Agricultura, presidida pelo deputado Gelson Sorgato (PMDB), aprovou nesta semana o projeto de lei do deputado Neodi Saretta (PT) que dispõe sobre biotecnologia e engenharia genética no Estado, envolvendo organismos geneticamente modificados, além dos produtos originados a partir dessa tecnologia.

Na análise de mérito o relator do projeto, deputado Jaime Mantelli (PDT), ma-

nifestou-se favorável ao controle de pesquisas, testes e experiências com produtos transgênicos. Ele também apresentou emenda restabelecendo artigo que proíbe a comercialização dos transgênicos já que, em fase anterior da tramitação, houve a supressão do mesmo. Se transformado em lei o projeto vai impedir que esses produtos cheguem até a mesa do consumidor.

Dessa forma as empresas nacionais ou estrangeiras que

desenvolverem essas atividades deverão notificar o Poder Executivo. A notificação será dirigida à Diretoria de Vigilância, Defesa e Fiscalização da Secretaria da Agricultura. Em casos onde não ocorrer a notificação, será feita a interdição do laboratório, da instituição, da empresa responsável ou da propriedade particular, a condenação de campos, viveiros e produtos geneticamente modificados e destruição dos organismos

geneticamente modificados, seus produtos e derivados.

Para Saretta, este projeto é "em defesa dos consumidores e trabalhadores interessados na qualidade dos alimentos, na saúde pública e no meio ambiente." Ele lembra que a União Européia resiste aos transgênicos e, através de laboratórios sofisticados e leis rigorosas, impõe rótulos de identificação dos alimentos transgênicos, especialmente na Inglaterra, França, Alemanha, Suíça e Escócia.

Deputados anunciam atrasos na duplicação sul da BR-101

As obras de duplicação da BR-101, no sentido sul (entre os municípios de Palhoça/SC e Osório/RS), vão sofrer atraso devido a uma nova exigência do Banco Mundial (BIRD) que financia o projeto: a partir de agora, os recursos só chegarão ao DNER se o banco receber o projeto de impacto ambiental (conhecido como RIMA). E isso poderá levar pelo menos um mês para ser feito, o que significa que as obras só deverão ser iniciadas em meados do próximo ano. A informação é do vice-líder do PPB, deputado Valmir Comin, depois de participar de uma audiência na sede da direção estadual do DNER, em companhia dos deputados da Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa.

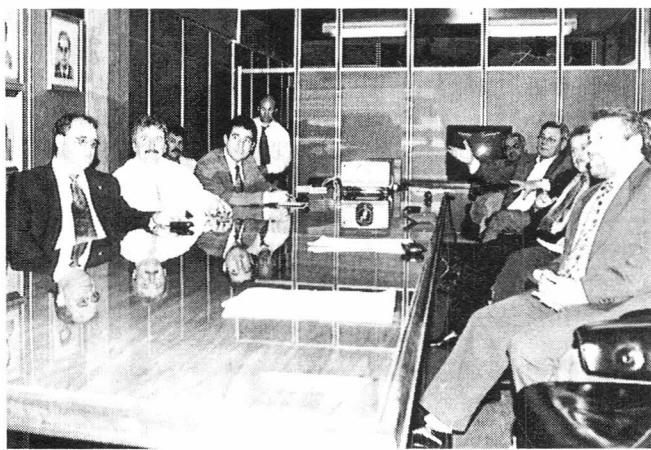
Conforme o parlamentar, a duplicação do setor norte (de Palhoça a Garuva, limite com

o Paraná), já está concluída em quase 90%, e o restante está em obras. Para esse setor não houve a mesma exigência, porque até então o BIRD não impunha essa condição.

Comin trouxe ainda uma informação que, admitiu, surpreendeu agradavelmente os membros da Comissão de Transportes. O DNER revelou que no projeto de duplicação está prevista a construção de uma ponte de três quilômetros no Sul do Estado, sobre as lagoas Imaruí e Santo Antônio. Paralelamente, o DNER prevê a retirada do talude e dos velhos trilhos de trem que percorrem a lagoa Imaurí. A velha ponte e seus trilhos estão causando problemas ambientais, disse Comin, que ficarão sanados com a nova ligação.

Viaduto

Já o líder do PT, deputado Francisco de Assis, teve como promessa do chefe do DNER,



(fotos Jonas Lemos Campos)

Membros da Comissão de Transportes questionam DNER

engenheiro Roberto Ribas, a construção de um viaduto nas proximidades do bairro Morretes, em Itapema. O parlamentar apresentou em agosto deste ano uma moção encaminhada ao ministro dos Transportes Eliseu Padilha, solicitando a construção de uma passarela ou túnel na BR-101 a pedido dos moradores que correm riscos ao

atravessar a rodovia. Ao presidente da Comissão, deputado Ciro Roza (PFL), o engenheiro garantiu a conclusão do trevo de acesso a Jaraguá do Sul, no Norte do Estado, ainda este ano.

Participaram da audiência ainda os deputados Jaime Duarte (PPS), Altair Guidi (PPB) e Moacir Sopelsa (PMDB).

PLENÁRIO

AL aprova encaminhamento de plebiscito de distritos de Chapecó

A aprovação do projeto de resolução 36/99 nesta semana acelerou o processo da possível criação de novo município, que pode resultar do desmembramento dos distritos de Marechal Bormann e Goio-En, hoje pertencentes a Chapecó. Agora, o processo resultante do abaixo-assinado dos habitantes dos distritos, que tramita desde 1994 e este ano foi desarquivado na Assembléia, finalmente chega ao Tribunal Regional Eleitoral, que tem prazo de 90 dias para organizar a consulta plebiscitária sobre a emancipação.

A primeira vitória comemorada por integrantes da comissão pró-emancipação aconteceu na reunião da Comissão de Constituição e Justiça. O relator do abaixo-assinado, deputado Jaime Mantelli (PDT), conseguiu unanimidade em favor da aprovação da consulta

plebiscitária.

O próprio Mantelli havia provocado, em setembro, a realização de audiência pública externa da comissão em

“O novo município tem plenas condições para desenvolver-se, atendendo a todos os requisitos previstos pela legislação pertinente.”

Chapecó, para debater com a comunidade interessada a atualidade do pleito, levando em conta que o processo fora deflagrado há mais de cinco anos. O

relatório destacou as condições para a criação do novo município e as manifestações favoráveis à realização do plebiscito por parte da Câmara de Vereadores e do prefeito de Chapecó, José Fritsch (PT). Também foi contemplado o pedido de anexação de área suplementar, em relação ao inicialmente previsto para aquele município, conforme abaixo-assinado suplementar incluído este ano no processo.

Na avaliação do relator, “o novo município tem plenas condições para desenvolver-se, atendendo a todos os requisitos previstos pela legislação pertinente”, avalia Mantelli, para quem é possível, com a agilização do processo e se a consulta plebiscitária for favorável, ver no próximo ano realizado o sonho da população local de eleger uma administração municipal própria.

SC terá remédios homeopáticos gratuitos

Os catarinenses poderão contar, nos próximos dias, com medicamentos homeopáticos gratuitos no Sistema Único de Saúde (SUS). Em maio, a Assembléia Legislativa aprovou requerimento do deputado Jaime Duarte, do PPS, solicitando a inclusão dos remédios na assistência gratuita.

A idéia foi bem recebida pela Secretaria Estadual da Saúde, que prometeu iniciar as atividades assim que definisse um responsável técnico, farmacêutico especialista em homeopatia. A farmácia estará instalada na Policlínica de Referência Regional, na rua Esteves Júnior, em Florianópolis.

De acordo com o deputado, o governo só tem a ganhar com a homeopatia. “O custo do medicamento é cinco vezes menor que um alopata. Hoje, apenas os usuários que podem comprar diretamente os remédios homeopáticos têm acesso a eles, mesmo tendo sido recomendados por médicos homeopatas credenciados no SUS”, explicou.

Desde 1980, a homeopatia é reconhecida como especialidade pela Associação Médica Brasileira. Em todo o país, cerca de 15 mil profissionais estão habilitados a exercer a homeopatia. Entretanto, menos de 20 cidades brasileiras oferecem essa especialidade na rede pública.

Benefício para desempregados

O líder do PT, deputado Francisco de Assis, é o autor do projeto de lei já aprovado pela Comissão de Justiça que trata da suspensão temporária do pagamento da conta de água e luz dos consumidores desempregados. Pelo projeto será beneficiado todo consumidor que estiver desempregado há mais de três meses, cujo consumo não ultrapasse a taxa mínima estabelecida pelas empresas fornecedoras. Ele terá que comprovar o desemprego através da Carteira de Trabalho e a suspensão é por seis meses. Se depois desse período ele já estiver empregado, a dívida será parcelada. Caso não tenha conseguido trabalho, o benefício fica estendido por mais seis meses.

Para o autor do projeto, “essa é uma maneira de garantir o mínimo de dignidade para qualquer cidadão, não em forma de esmola, mas de um auxílio até que a pessoa possa se restabelecer.” Ele lembra que projeto semelhante já existe em outros estados e que Santa Catarina também tem necessidade de auxiliar os desempregados. “O desemprego cresce diariamente no Estado. Somente em Joinville, a maior cidade catarinense, são aproximadamente 40 mil desempregados, o que consideramos extremamente preocupante”, afirmou.

Identificação telefônica em veículos de transportes

Os deputados rejeitaram o veto total apostado pelo governador do Estado ao projeto de lei do deputado Gelson Sorgato (PMDB) que prevê a obrigatoriedade de identificação telefônica na carroceria de veículo de transporte de carga e de passageiros.

A razão do veto, na justificativa do Chefe do Poder Executivo, foi a de que

a matéria é inconstitucional, já que compete à União legislar sobre diretrizes da política nacional de transportes, podendo os estados exercer competência legislativa para atender às suas peculiaridades quando inexistir lei federal que normatize o assunto. A Comissão de Constituição e Justiça deu parecer pela rejeição do veto.

Goetten propõe pensão especial

O vice-líder do governo, deputado Nelson Goetten (PPB) apresentou projeto que concede pensão especial a pessoas portadoras de deficiência, a crianças nascidas de gestação múltipla e a idosos com mais de 60 anos que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Outra condição básica é que o candidato ao benefício resida no Estado há pelo menos dois anos.

O projeto esclarece que no caso de deficiente e idoso com mais de 60 anos o valor da pensão especial seria equivalente ao menor vencimento da escala padrão do quadro de pessoal civil da administração direta do Estado. Já o bene-

fício mensal a ser concedido a crianças nascidas de gestação múltipla será equivalente a 50% desse mesmo valor.

Segundo Nelson, o custeio dos benefícios de que trata o projeto em questão seria provido por recursos provenientes de 30% do resultado da arrecadação de multas de trânsito e de 30% da arrecadação líquida das loterias estaduais administradas pela Codesc.

Nelson explica que já existe lei específica, no âmbito da Secretaria da Justiça, que se aproxima do projeto ora apresentado. Mas aquela lei está com sua redação ultrapassada e a nova proposta, mais abrangente, substituiria e aperfeiçoaria a matéria.

Criadas frentes emergenciais de trabalho

A Assembléia aprovou projeto de lei do deputado Francisco de Assis (PT) que autoriza o Poder Executivo a criar o Programa de Frentes Emergenciais de Trabalho no Estado e que consiste na concessão de bolsa auxílio-desemprego, no valor de um salário mínimo, e na qualificação profissional. Os critérios para alistamento no programa são desemprego de no mínimo um ano, residência na comunidade em que poderá prestar serviços e apenas um beneficiário por núcleo familiar.

A participação no programa implica na colaboração, em caráter eventual, de prestação de serviços de interesse da comunidade local ou de órgãos públicos, sem vínculo de subordinação. "O projeto visa atenuar a situação dos desempregados em Santa Catarina. Se constitui numa medida emergencial, já adotada em outras regiões do País, por iniciativa do poder público, diante do agravamento do quadro de desemprego que atinge o País", explica o parlamentar.

Transferência de feriado

Aprovada proposta do deputado Wilson Wan-Dall (PFL) transferindo para o domingo subsequente o feriado alusivo ao Dia de Santa Catarina, comemorado em 25 de novembro. Este projeto altera a lei nº 10.306, de dezembro de 1996, que instituiu a data magna do Estado.

Wan-Dall explica que no mês já existem dois feriados (dia 2 Finados e dia 15 Proclamação da República), sendo que as comemorações referentes ao Dia de Santa Catarina implicarão numa seqüência de interrupções das atividades públicas e das empresas.

Proposições

Deputado Rogério Mendonça (PMDB) ao governador do Estado e ao secretário dos Transportes, estudos no sentido da viabilização do asfaltamento da estrada que liga a BR-282 à cidade de Petrolândia, numa extensão de 27 quilômetros.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao governador do Estado e ao secretário da Saúde, para a consignação de recursos no orçamento estadual em favor do Hospital Nossa Senhora das Graças, de Bom Retiro.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao superintendente do Sebrae, solicitando medidas no sentido da continuidade do convênio de cooperação técnica e financeira firmado entre o Sebrae e o município de Videira.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao reverendo Osvaldo Lemos dos Santos, cumprimentando pelo lançamento do livro Coletânea de Conferências Bíblicas, dia 20, na Fundação Cultural de Criciúma.

Deputado Francisco de Assis (PT) indicação ao chefe do 16º DNER/SC, pleiteando a construção de uma passarela no km 151, da BR-101, ligando os bairros de Morretes e Meia Praia, próximo ao Posto da Polícia Rodoviária Federal, no município de Itapema.

Deputado Ronaldo Benedet (PMDB) ao secretário dos Transportes e Obras, pedindo a realização de estudo de viabilidade para a construção de um trevo no acesso ao bairro Presidente Vargas, no município de Içara.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao secretário da Saúde, pleiteando recursos para reforma de área física e compra de equipamentos do Hospital Nossa Senhora das Graças, de Bom Retiro.

Deputado Reno Caramori (PPB) ao presidente da Celesc, requerendo a construção de uma subestação de energia elétrica no município de Santa Cecília.

Deputado Herneus de Nadal (PMDB) ao ministro da Agricultura, pedindo estudos para o equacionamento dos altos custos do milho e do farelo de soja, que vem prejudicando os agricultores.

Deputado Moacir Sopelsa (PMDB) ao superintendente da 9ª Região Fiscal da secretaria da Receita Federal, que coloque funcionários à disposição da agência da Receita Federal, localizada no município de Videira.

Deputado Nilson Gonçalves (PFL), ao governo estadual, a elaboração de programa de educação ambiental para as populações vizinhas da Estação Ecológica do Bracinho, no município de Schroeder.

Deputado Altair Guidi (PPB) à secretária da Educação, solicitando a implantação do curso de 2º Grau na Escola Básica Professora Maria da Glória Silva, no bairro Aurora, no município de Içara.

Deputado Adelor Vieira (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras, sugerindo a elaboração de projeto para a implantação de um aeroporto regional, de porte médio, para a cidade de São Bento do Sul.

Deputados Valmir Comin (PPB) e **Ronaldo Benedet** (PMDB) solicitaram ao secretário dos Transportes e Obras, o recapeamento asfáltico da rodovia SC-446, bem como a construção de acostamento, no trecho entre Criciúma e Orleans.

Deputado Joares Ponticelli (PPB) cumprimentou o reitor da Unisul e o comandante da Polícia Militar do Estado, pela realização do I Encontro Nacional de Segurança Social.

Deputado Heitor Sché (PFL) ao secretário dos Transportes e Obras, solicitando a inclusão no orçamento do Estado de recursos para a elaboração de projeto de engenharia para a ligação asfáltica entre Witmarsum e Salete, ou de Dona Emma e Salete.

Deputado Altair Guidi (PPB) ao presidente da Caixa Econômica Federal, pedindo informações sobre possíveis empréstimos feitos entre a Prefeitura Municipal de Criciúma e a CEF.

ESPECIAL

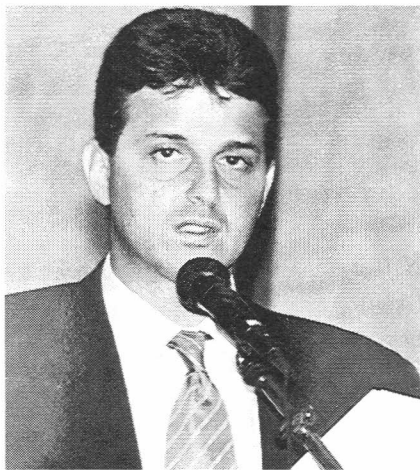
As telecomunicações no terceiro milênio

Num mundo sem microcomputadores e telefonia fixa, a comunicação será pela Internet

Licenciado da Assembléia para uma viagem à Suíça em setembro, o deputado Paulo Bornhausen (PFL) voltou bem impressionado com o que viu na World Telecom, a feira de telecomunicações que se realiza em Genebra e é conhecida no mundo, pela grandeza e importância, como as "Olimpíadas da tecnologia".

O parlamentar se envolve com o tema desde a Câmara Federal, onde presidiu a comissão que elaborou a Lei Geral de Telecomunicações. Foi conferir as novidades e viu que a tecnologia anda tão rapidamente que mal se consegue, ainda que se leia todo dia, acompanhar a corrida do setor. "Os avanços vão se dando em fatos", comenta.

Ele diz que a previsão dos grandes operadores é que haverá o crescimento da telefonia chamada IP - Internet Protocol - que não se dá por redes próprias, mas pela Internet. Com isso, em poucos anos não existirá mais o conceito de telefonia interurbana, longa distância, curta distância. "Ligar para a China vai



Deputado Paulo Bornhausen

custar o mesmo que ligar para o vizinho. Porque só se paga pela assinatura do serviço".

Também é tendência mundial que a telefonia seja toda móvel, que não exista mais telefonia fixa. "O nosso telefone de casa se transformará numa rádio-base. Quando se chega em casa o telefone

pessoal vira ramal do telefone da casa. Quando sai do raio de abrangência, ele passa a ser um celular ou um PSC ou um ATN, seja que tecnologia tiver".

Isso faz com que no futuro ninguém mais use microcomputador. Basta um teclado com fone e tela ligados 24 horas por dia na rede. "Não precisa memória. A rede fornecerá a inteligência, o software, que será público e terá os programas que se precisar. Então, de repente, tudo o que temos vai ficar obsoleto, até a nossa Lei das Telecomunicações".

Isso, para Bornhausen, que integra o Conselho Consultivo da Anatel, é globalização. "A globalização, na verdade, é feita de tecnologia que aproxima os países e as pessoas. Também estamos falando de inteligência, de um setor que vai gerar muitos empregos. Já é para onde as correntes de trabalho do mundo estão seguindo e onde no Brasil ainda estamos atrasados. Um processo do qual a mola mestra é a educação".

Audiência debaterá poluição causada por lixão de Laguna

A ameaça de contaminação causada pelo lixão de Laguna vai motivar, no próximo dia 18, vistoria do local por deputados da Comissão de Fiscalização e Controle, e audiência pública a fim de debater possíveis soluções para o problema, às 10 horas, no auditório da Associação Comercial e Industrial de Tubarão.

O lixão da Fazenda Preto Velho, na localidade da Estiva, às margens da BR-101, está situado em área de banhado. No local são depositados entre 100 e 130 toneladas/dia de dejetos recolhidos em Tubarão, Laguna, Capivari de Baixo e Gravatal, inclusive metais pesados e lixo

hospitalar.

O risco de contaminação é consequência da base do depósito estar abaixo do nível do mar. Há risco de poluição ao complexo formado pelas lagoas de Imaruí, Santo Antônio e Mirim, de onde uma comunidade de milhares de pescadores retira seu sustento.

A gravidade da situação foi constatada também por técnicos da Secretaria do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente. Nesta semana o engenheiro sanitário da Secretaria, Robson Ávila Wolf, discorreu sobre o problema na reunião da comissão, sugerindo como solução prioritária a criação do projeto

de um aterro sanitário.

Na avaliação do presidente da Comissão de Fiscalização e Controle, deputado Jaime Mantelli (PDT), "a intervenção da Assembléia Legislativa poderá mobilizar as administrações dos municípios na busca de solução definitiva para o problema". Os deputados sugerem, também, estudos sobre a implantação de uma usina para reciclagem de lixo, como alternativa economicamente viável e não poluente, à questão dos dejetos sólidos dos municípios da região da Amurel (Associação dos Municípios da Região de Laguna).

Agenda

Dia 16, às 18 horas, encerramento do prazo para apresentação de emendas ao Plano Plurianual.

Local: Comissão de Finanças

Dia 17, às 10 horas, CPI do BESC, depoimento do ex-diretor financeiro Djalma de Amorim.

Local: Plenarinho

Dia 17, às 17 horas, CPI do BESC, depoimento do ex-diretor de Operações Adir Faccio.

Local: Plenarinho

Dia 18, às 10 horas, audiência pública sobre "Destinação de resíduos e suas implicações à população e ao meio ambiente".

Local: Auditório da Associação Comercial e Industrial de Tubarão